

### Militares da GNR sentem-se abandonados pelo Ministério da Administração Interna

A Associação Nacional de Guardas (ANAG-GNR) manifesta enorme preocupação face ao sentimento de abandono que os militares sentem por parte do Ministério da Administração Interna que ao fim de seis meses de governação não solucionou, na prática, um único problema dos profissionais desta instituição. O sentimento de exaustivo de abandono está ainda expresso na ausência de comunicação com a Senhora Ministra Constança Urbano de Sousa, que após as curtas sessões de apresentação de cumprimentos em dezembro passado, não voltou a reunir com esta Associação.

A ANAG aguarda há meses uma reunião de trabalho com a governante para resolver o memorando reivindicativo já entregue no MAI, no qual estão expostas as questões mais iminentes e que já transitaram do governo anterior.

A ANAG alerta para a necessidade urgente em desbloquear a passagem à reserva de milhares de militares que já reúnem as condições devidas – 36 anos de serviço - e que têm os seus pedidos indeferidos, alegadamente por falta de efectivo.

Em incumprimento continua o decreto-lei 214/F/2015, que regula o regime transitório de passagem à reserva e reforma, em vigor desde 2 de outubro, cujo o prazo de execução pela Caixa Geral de Aposentações (CGA) prescreveu em finais de março do corrente ano. A CGA de uma forma inaceitável e na continuidade do incumprimento remete a questão para o poder governativo. A ANAG solicitou já uma audiência ao ministro da Segurança Social, Dr.<sup>a</sup> José Vieira da Silva, que tutela a CGA, contudo até à presente data não obteve qualquer resposta. Situação esta que perdura sem que seja avançada qualquer solução nem reação por parte do MAI, o que é absolutamente inaceitável.

No memorando apresentado por esta Associação constam entre outras matérias, alterações ao Estatuto da GNR, Actualizações e Regularização do estatuto Remuneratório, Horário de referência, Promoções de carreira, Colocação e Reposição dos níveis salariais que estão congelados há vários anos, bem como a redução da contribuição para o subsistema de saúde da GNR, atualmente fixada em 3,5% mensais.

A ANAG já reuniu com o Ex.<sup>a</sup> Senhor Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana para informar sobre o descontentamento dos militares para com a tutela, tendo sentido o seu apoio e preocupação. Contudo, a grande maioria das questões dependem exclusivamente da competência do governo, razão pela qual alertamos de novo a senhora Ministra da Administração Interna para as consequências que podem advir da ausência de resolução de problemas.

A ANAG revê no rosto de todos os militares desta instituição o desânimo, desilusão e descontentamento, pelo qual se sente no seio do interior da instituição uma revolta sobre a injustiça profissional.

A ANAG continua aberta ao diálogo a bem da resolução dos problemas mas também não pode deixar de reagir ao crescente desespero dos militares.

Lisboa, 15 de junho de 2016

A Direção Nacional da ANAG-GNR